



Chrys Chrystello*

Mais um 25 de abril

Muitas vezes escrevi que o 25 de abril nunca chegou a Timor onde estava em 1974. Hoje pergunto-me se terá chegado a Portugal. Iniciei a minha atividade política na Universidade do Porto após 1967. De 1967 a 1972, no TUP (Teatro Universitário do Porto), conheci e trabalhei com o Mário Viegas, Zeca Afonso e Mestre José Rodrigues (da terra da minha mãe, Alfândega da Fé), e comecei a ser politicamente ativo. Jamais esquecerei o que era viver sem liberdade. O Mário leu publicamente um Poema meu de um livro, “Crónica do Quotidiano Inútil”, no qual o lápis azul (da censura, e isso jamais esqueço ou perdoou...) cortou mais de 70 páginas. Era poesia adolescente (maio 1972), à qual seguiram mais cinco volumes até aos 50 anos de vida literária, em 2022.

Em 1973, passei seis meses como Aspirante a oficial-miliciano, subalerno do major Ernesto de Melo Antunes, no RAL-4, em Leiria, e soube dele que algo se cozinhava no seio das Forças Armadas... Sobre isto, extraio do volume 5 de *CrónicasAçores*:

Longos passeios do Castelo — em frente ao quartel — ao rio Liz, a falar e filosofar. Permaneci em Leiria até setº 1973, e dei-me bem com o Melo Antunes (mais tarde bem conhecido do povo português), com o qual tive longas conversas e passeios sobre a situação sociopolítica e económica do país, criando uma amizade profunda e lido alguns dos estudos sobre a mudança que preparava para o futuro e que iriam ocorrer. Não sabíamos quando... ele dizia que era algo para daí a dois ou três anos (no pior cenário, cinco). Falava-se de vida, de filosofia, de aspirações e de sonhos. Felizmente vivi o suficiente para ver a maioria desses sonhos concretizados antes do novo milénio.

Nessa época, qualquer jovem vivia com dois dilemas (caso fosse pensante e havia alguns). Um, era a espada de Dâmocles da malfadada tropa (o exército colonial português que deceparava vidas e esperanças dos jovens ao enviá-los para a guerra colonial que ninguém queria nem entendia), a outra era o facto de não pertencermos à Europa, nem ao mundo, na política do “orgulhosamente sós” a que a ditadura salazarenta se agarrava. Mas havia esperança, a guerra colonial acabaria, tal como a do Vietname e a democracia haveria de chegar, como chegou à Europa após a segunda grande guerra.

O resto é história, o 25 de abril trouxe a liberdade de pensamento e de expressão, que sobremodo aprecio, e muita água correu sob as pontes, mas, hoje, sou confrontado por uma sociedade mais desigual do que nunca, de falsa fluência consumista.

No que conseguíamos ler e ouvir, queríamos a liberdade do Woodstock americano, com música das rádios-pirata britânicas, das manifs de estudantes de Paris em 68-69 (e posteriores), em vez de viver sob “brandos costumes, no jardim à beira-mar plantado”. Hoje, no inverno da vida, tenho saudades de Timor, de Macau, da Austrália, de Bragança, terras e países que me moldariam... até ser confrontado, após 2005, com este amor avassalador pelo Faial, Pico e outras sete ilhas açorianas. A beleza das ilhas nem sempre ofusca a minha solidão. Falta-me gente com quem dialogar intelectualmente, falta-me um Melo Antunes com quem trocar sonhos e imagens de um futuro melhor para o país. Falta-me uma tertúlia, um Cenáculo onde possa falar e ouvir, trocar sonhos e discutir opções de vida (nem mesmo os nossos Colóquios da Lusofonia são talhados para tal).

Em tempos, houve um pequeno grupo que se reunia nos Moinhos de Porto Formoso e imitava tais tertúlias; depois, desapareceram ou apareceram menos uns tantos: Daniel da Ponte, Teresa Nóbrega, Victor Hugo Forjaz, Urbano Bettencourt, Onésimo T. Almeida, Jose Carlos Teixeira, Nuno Pimentel, José San-Bento.

Aliás, foi lá que escrevi quase toda a minha poesia entre 2005 e 2018! O local já mudou de dono, por mais de uma vez e perdeu a magia. Já lá não entro desde 2018, data em que se lia no Trip Advisor: “Bonita praia. Infelizmente a simpatia do dono do restaurante deixa muito a desejar. Falta formação e atitude.” Se fosse só isso. Já depois em 2022, no mesmo local outro visitante escrevia “... alternativas ao único bar na praia e que da fama de mau já não se livra, não há.”

Reduzo-me nesta idade avançada, esperando que o siso também o seja, à minha insignificância, com a minha sombra no meu castelo, como lhe chamava Daniel de Sá, a minha casa, o meu lar, fortaleza onde só entra quem deixo... O meu idealismo poético morrerá comigo. Sozinho, silente. Estes mutismos enormes, soliloquios, que ora partilho comigo mesmo, tornam-me cada vez mais árido. A sensatez reitera que os silêncios não são de hoje. Vão sempre desaguar nas feridas por sarar. Cicatrizes por curar. Estigmas. Dentro e fora do SMO. Mas já fiz todos os exorcismos e catarses da guerra colonial, ainda não perdoou. Esperava, finalmente, ser livre, com cicatrizes, mas sem estigmas, apenas lembranças, focando-me nas boas e varrendo as más que tanto me consumiram. E consegui-o até janeiro (2024) quando a minha companheira e cúmplice se mudou para outra dimensão deixando-me só neste mundo que não entendo.

Escravo, sim, mas nunca escravizado, disse, em tempos de desabafo, numa das múltiplas tentativas de catarse. Equacionava constantemente o que fizera, onde estivera, como procedera. Tentava descortinar melhores meios de proceder em situações semelhantes. Insistia na minha introspeção insana, mas terapêutica. Quicá hedonista, destinada apenas a evitar repetir o sofrimento de outras eras.

Após o exército colonial me mandar para a Oceânia, aconteceu o 25 de abril (a Timor nunca chegou). Estive quase a ser deportado para Moçambique (com mais 25) por ser meramente abrilista ou progressista à frente do jornal local “A Voz de

Timor”...

Documento da Comissão de Descolonização (que desconheci durante mais de 25 anos), chegou à minha posse! já no séc. XXI, e no qual constato que fui, injustamente, vilipendiado pelo Ten-Cor. Nível Herdade, em 27/9/1976, na Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor, da Presidência do Conselho de Ministros. O meu 25 de abril descrevi-o então assim:

Quando a Revolução dos Cravos aconteceu, houve quem recebesse a notícia por telefone. Depois, era uma questão de perder tempo na rádio de ondas curtas. Era hora de jantar. Estava de Oficial (Ajudante) de Dia no Quartel-general. O idoso Oficial de Dia já estava há muito tempo a olhar para o umbigo, depois da habitual rotação de vinho “Periquita”. Toni Belo (falecido há poucos anos), operador da Telecom, Rádio Marconi, ligou para o Quartel-General a dizer-me que ia ter uma chamada telefónica uma hora depois. Chamei o condutor de serviço para ligar o Jeep e, após alguns minutos, estava em Díli, ansiosamente aguardando ‘a chamada’. Pressenti que se tratava de algo muito importante. Acordara com a família que só haveria telefonemas em emergências. Há muito que confirmara que toda a correspondência era sujeita a censura prévia e as chamadas gravadas.

Então, ouvi quase sem acreditar: era a REVOLUÇÃO. Sem perder tempo, pedi ao condutor para passar por casa onde comunico aos colegas de habitação (o cirurgião Carlos Prata Dias da Costa e o Eng.º Proença de Oliveira, subchefe dos Serviços de Agricultura) o que ouvira. Pedi o máximo sigilo, ligo o rádio em ondas curtas e regresso ao Q.G. (Quartel-General) anotando que nada havia a assinalar da ‘ronda’ pela cidade.

Durante o resto da noite, escuto avidamente os noticiários da BBC, da Rádio Austrália e de uma série de emissoras (ouvi pela primeira vez a Rádio Paquistão). Na manhã seguinte, o camarada Freitas, que me ia render, perguntou se havia novidades de Portugal. Sem confiar em ninguém, respondi-lhe: “Nada, que esperavas?”

Os dias seguintes são caóticos, com todos os rumores e um sentimento geral de incredulidade diante dos acontecimentos. Os dias decorrem, e o oportunismo camaleónico é avassalador. Do dia para a noite todos são revolucionários e democratas de nascença. Começam a tomar vulto os rumores de que o capitão-tenente Leiria Pinto, Comandante da Defesa Naval, é o nomeado pela Junta. Estes boatos confundem muita gente, pois era considerado como extremamente conservador. Ao mesmo tempo, há quem afirme que o Chefe de Estado-Maior, Major Arnao Metello, sombrio oficial de carreira, é o homem de confiança da Junta de Salvação Nacional. A oposição à continuidade do coronel Aldeia no poder cresce de dia para dia. Ameaça tornar-se numa bola de neve, com os militares definitivamente divididos entre os progressistas – maioria de oficiais milicianos, furriéis e sargentos - e a velha guarda dos oficiais de carreira.

A situação começa a clarificar-se em maio, embora nem todos os decretos aprovados em Lisboa se tornem extensíveis a Díli. A celebração vitoriosa está estampada em todos os jornais e revistas que chegam a Timor, mas, de certa forma, parece estar a anos-luz.

Depois do 25 de abril, comecei a publicar artigos que o Comando Militar e, em especial o CEM (Chefe do Estado-Maior Arnao Metello) queriam evitar e me mandava chamar quase todas as manhãs no velho Volkswagen do Estado-Maior. Nessa rotina (prolongou-se por bastante tempo e trouxe consequências ao meu serviço militar), tinha de explicar por que publicara artigos censurados e considerado material proibido. Uma verdadeira caça ou o jogo do gato e do rato.

Ramos Horta viu assim o 25 de abril segundo entrevista dada ao Expresso em 28.11.2015:

e repetido em 2024 pela LUSA <https://www.youtube.com/watch?v=KCAzuEtGbSI>

Por tudo isto o que resta fazer 52 anos depois? Quase tudo, pois já só temos a liberdade de expressão e ruma-se rapidamente ao revivalismo do 24 de abril. Este ano só comemoro memórias...

*1 O material foi-me gentilmente enviado pelo General José Alberto Morais da Silva (1941-2014), ex-chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Ligado ao “grupo dos nove”, exerceu o cargo até 9 janº 1977, tendo, no seu mandato, enfrentado o golpe militar do 25 novº 1975. Em 2000, escreveu com o coronel Manuel (Amaro) Bernardo, o livro **Timor, abandono e tragédia**, ed. Prefácio, no qual usou extratos do meu livro **Timor-Leste o dossier secreto 1973-1975**.*

